

Brasília, 24 de agosto de 2026

Seleção

Sumário

Propmark

Sexta-feira, 21 de agosto de 2026 | ABPI

ABA apresenta livro com trajetórias de 29 mulheres à frente de entidades 3

Exame.com

Sexta-feira, 21 de agosto de 2026 | Marco regulatório | INPI

Por que farmacêuticas do Paraguai podem produzir 'cópias' do Mounjaro legalment... 5

G1 - Globo

Sexta-feira, 21 de agosto de 2026 | Propriedade Intelectual

Em conversa por telefone, Lula diz a Trump que alegações dos EUA para tarifaço sã... 8

O Globo Online

Sexta-feira, 21 de agosto de 2026 | Propriedade Intelectual

Após ligação entre Lula e Trump, negociadores de Brasil e EUA voltarão a se reunir... 9

Marie Claire - Online

Sexta-feira, 21 de agosto de 2026 | Marco regulatório | INPI

Mercado de beleza teve prejuízo de R\$21 bilhões com pirataria 11

ABA apresenta livro com trajetórias de 29 mulheres à frente de entidades

A ABA lança, na próxima quinta-feira (27), o livro da Confraria das Mulheres Dirigentes de Entidades, iniciativa criada pela associação para reunir mulheres que ocupam posições de liderança em entidades representativas de diferentes setores da economia. O evento será realizado das 18h às 20h, na Livraria Líder, em São Paulo.

A publicação reúne relatos de 29 dirigentes sobre suas trajetórias profissionais e pessoais, os desafios encontrados ao longo da carreira, os aprendizados acumulados em posições de comando e o impacto de suas atuações nas instituições e setores que representam.

Idealizada por Sandra Martinelli, CEO da ABA, a Confraria foi criada em novembro de 2023 como uma rede de relacionamento e troca entre mulheres à frente de associações, sindicatos e entidades de classe. O projeto começou com oito participantes e, desde então, passou a promover encontros voltados ao compartilhamento de experiências e ao fortalecimento da presença feminina nesses espaços de decisão.

A proposta do livro parte justamente das discussões construídas nesse ambiente. Em vez de concentrar a publicação apenas em perfis profissionais, os capítulos abordam diferentes dimensões da liderança, incluindo carreira, gestão, desafios pessoais, conquistas e os caminhos percorridos pelas participantes até as funções que exercem atualmente.

A obra também registra um movimento de ampliação da participação feminina no associativismo brasileiro, ambiente historicamente marcado pela predominância masculina em seus cargos de liderança. Ao reunir profissionais de segmentos como publicidade, comunicação, indústria, varejo, pesquisa e marketing, a publicação busca dar visibilidade a diferentes experiências de gestão e à formação de redes entre dirigentes.

O lançamento acontece em um ano de expansão das atividades da Confraria. Criado há três anos, o grupo chegou a 2026 com uma agenda de encontros presenciais e iniciativas voltadas à conexão entre suas integrantes.

Confira as contribuintes do livro:

Nelcina Tropardi, presidente da Aba

Sandra Martinelli, CEO da Aba

Marcia Esteves, presidente da Abap

Mariana Panhoni, diretora-executiva da Abap

Alyne Freitas Silva, à época presidente-executiva da Abas

Claudia Campos, presidente da Abemd

Gislene Cardozo, diretora-executiva da Abiad

Silvia Roizenblatt, diretora-executiva da Abifra

Juliana Marra, presidente da Abipla

Andrea Weiss, CEO da ABOOH

Erika Sillá, diretora-executiva da **Abpi**

Cristiane Foja, presidente da Abrabe

Sheila Magri, diretora-executiva da Abracom

Carolina Morales, presidente da Abradi

Marici Ferreira, presidente-executiva da Abral

Cassia Lebrão, à época diretora-executiva da Abrasorvete

Cibele Zanotta, presidente-executiva da Acessa

Heloisa Santana, presidente-executiva da Ampro

Regina Bucco, diretora-executiva da Aner

Marianna Souza, CEO da Apro

Melissa Voguel, presidente do Cenp

Regina Augusto, diretora-executiva do Cenp

Fabi Soriano, diretora-executiva da Central de Outdoor

Juliana N. Albuquerque, vice-presidente-executiva do Conar

Patricia Beber, representante da Esomar no Brasil

Denise Porto Hruby, CEO do IAB

Patricia Blanco, presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta

Juliana Pereira, presidente do IPS Consumo

Patricia Alexandre, diretora-executiva do Sinapro

Por que farmacêuticas do Paraguai podem produzir 'cópias' do Mounjaro legalmente



Sem registro da [Anvisa](#), tirzepatida paraguaia passa a ser considerada contrabando só quando entram em território brasileiro

O mercado de medicamentos para emagrecimento ganhou uma nova frente de disputa na América Latina. Enquanto a Eli Lilly detém no Brasil a [patente](#) da tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro, fabricantes paraguaios produzem versões do medicamento e abastecem um mercado paralelo que já movimenta bilhões de reais.

A diferença entre os dois países está no centro de uma questão que envolve [propriedade intelectual](#), regulação sanitária e o poder de precificação da indústria farmacêutica. No Paraguai, os medicamentos são produzidos legalmente sob as regras locais da Dirección Nacional de Vigilancia Sanitaria (Dinavis).

O [Instituto Nacional da Propriedade Industrial \(INPI\)](#) destacou que, em países onde o inventor não solicitou [patente](#), o mecanismo fica livre para ser explorado legalmente, já que a [patente](#) "é válida somente no país ou nos países onde foi concedida. Logo, não existe uma [patente](#) com validade mundial."

"No caso de uma empresa farmacêutica que tenha desenvolvido um medicamento, se ela tiver requerido a [patente](#) apenas nos países A, B e C, tendo obtido a concessão, a proteção e exclusividade da farmacêutica sobre o medicamento vale apenas neste países A, B e C", detalhou.

"Nos demais países do mundo, eventuais empresas farmacêuticas ou laboratórios locais poderão produzir e vender este medicamento legalmente e comercializá-lo dentro de seus países, sem que isso signifique infração da [patente](#) que foi concedida nos países A, B e C", acrescentou o órgão brasileiro.

Os remédios produzidos no Paraguai não têm registro na [Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\)](#) e por isso, ao cruzar a fronteira, tornam-se contrabando no Brasil.

Por que a tirzepatida pode ser fabricada no Paraguai?

Para as grandes farmacêuticas, a decisão de registrar e defender uma [patente](#) considera o tamanho do mercado, o potencial de receita e a segurança jurídica oferecida pela legislação local. No caso do Mounjaro, a Lilly investiu cerca de US\$ 2 bilhões e, aproximadamente, dez anos de pesquisas para desenvolver o medicamento.

O analista do BTG Pactual (do mesmo grupo controlador da EXAME), Luiz Guanais, explicou que parte da decisão de obter [patente](#) em um país e não em outro dá-se porque "o valor econômico da proteção é muito diferente nos Estados Unidos, Europa, Brasil ou China em comparação com mercados pequenos."

"O Paraguai isoladamente representa um mercado muito pequeno para uma droga de potencial global de dezenas de bilhões de dólares. O problema começa quando o país funciona como um hub de alternativas que chegam formal ou informalmente a mercados maiores", acrescentou Guanais.

"A decisão de onde depositar um pedido de [patente](#) se trata de uma estratégia de negócio da empresa." [Instituto Nacional da Propriedade Industrial \(INPI\)](#)

A segurança jurídica também pesa nessa decisão. Uma fonte do setor farmacêutico ouvida pela EXAME afirmou que o ambiente de proteção à [propriedade intelectual](#) é um dos fatores cruciais considerados pelas empresas de inovação ao decidir

onde atuar.

"A decisão de presença de uma empresa passa pelo potencial e pelas características de mercado. Contudo, ter um ambiente de negócios de um país que reiteradamente apresenta um potencial risco para simulação é um fator muito forte de desestímulo para a indústria de inovação", destacou.

Tirzepatida é molécula complexa; há risco

A tirzepatida é uma molécula proteica complexa, o que torna o processo de fabricação sensível a alterações. Desvios na produção podem gerar impurezas e aumentar o risco de imunogenicidade, quando o organismo desenvolve uma resposta contra o medicamento.

A **Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)** vê que, sem aprovação da **Anvisa**, "não há garantias de qualidade, segurança e eficácia para a população", o que representaria "um risco à saúde pública" e fragilizaria "os mecanismos de proteção dos pacientes".

Um estudo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) encontrou tirzepatida em amostras paraguaias analisadas. Ao mesmo tempo, os pesquisadores identificaram grandes diferenças na concentração do princípio ativo entre as amostras, com oscilações de 20% a 60%.

A **Anvisa** também ressaltou que o registro sanitário de medicamentos no Brasil, para além de outros países, não é mera formalidade, "mas um processo de avaliação complexo e aprofundado que visa garantir aos usuários que os medicamentos cheguem a eles com eficácia e segurança de uso, além de qualidade."

"O uso de medicamentos que não passaram por esta avaliação pode acarretar, desde o não efeito prometido, até eventos adversos graves. O quadro pode ser ainda mais grave quando falamos em medicamentos de origem incerta e duvidosa, ou seja, comprados fora dos canais oficiais das farmácias", reiterou o órgão em nota.

Patente é 'um pilar de inovação', diz **Interfarma**

Na visão da **Interfarma**, a proteção à **propriedade intelectual** é, ainda, um dos pilares da inovação em saúde. "**Patentes** não são um fim em si mesmas, mas um instrumento que contribui para viabilizar investimentos de longo prazo em pesquisa e desenvolvimento."

Dados da associação mostram que, quando uma **patente** expira, o mercado brasileiro recebe, em média, R\$ 4,2 bilhões por ano em oportunidades para produção e comercialização de medicamentos. Em cinco anos, isso representa cerca de R\$ 21 bilhões direcionados ao mercado de genéricos.

"Os medicamentos inovadores desenvolvidos hoje estabelecem as bases para a entrada futura de genéricos e biossimilares e para a ampliação das alternativas terapêuticas disponíveis. Esse é o chamado ciclo virtuoso da inovação", relatou a **Interfarma**.

Quem fabrica a tirzepatida no Paraguai?

A produção local está concentrada em seis grupos farmacêuticos, em sua maioria empresas familiares tradicionais do Paraguai. Cada companhia comercializa sua própria marca:

Indufar, com a marca T.G.;

Éticos/Scavone, com Lipoless;

Quimfa, com Tirzec;

Landerlan, com Lipoland;

Catedral, com Tirzedral;

Vicente Scavone, com Gluconex.

A fonte do setor ouvida sob sigilo conta que as empresas também desenvolvem estratégias comerciais voltadas ao público brasileiro. Entre elas estão viagens com influenciadores brasileiros, facilidades de pagamento por Pix ou por contas bancárias brasileiras e vendas na fronteira.

A EXAME entrou em contato com a Dinavisa, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Mercado paralelo de canetas já movimenta R\$ 12,5 bilhões

O tamanho desse mercado ajuda a explicar por que a questão ganhou relevância para a indústria farmacêutica. Uma estimativa do Itaú BBA mostra que o mercado paralelo de canetas para emagrecimento movimentou R\$ 12,5 bilhões nos últimos 12 meses.

Desse total, R\$ 10 bilhões vieram de farmácias de manipulação e R\$ 2,5 bilhões corresponderam a produtos importados do Paraguai. Tanto as vendas de produtos manipulados quanto contrabandeados do Paraguai representaram cerca de 1,7x as vendas totais do Mounjaro no Brasil no último ano.

Para 2026, o BBA projeta que o segmento não rastreável chegue a R\$ 19 bilhões, o equivalente a 43% de toda a receita de GLP-1 no Brasil. Pelas vias alternativas, o tratamento costuma custar cerca de 45% menos do que o medicamento oficial de marca.

O que isso significa para a Eli Lilly?

Apesar do tamanho do mercado paralelo, o mercado parece não ver, neste momento, um risco suficiente para alterar a tese global de investimento da Eli Lilly. "Classificaria isso muito mais como um risco a ser monitorado do que como algo capaz de alterar a tese de investimento global da Lilly", conforme Guanais, do BTG.

O ponto de atenção, segundo o analista, está em uma transformação mais ampla do mercado de GLP-1. Depois de um período marcado pela escassez de medicamentos e pela forte demanda, o setor começa a caminhar para uma etapa de maior competição por preço e acesso.

A multiplicação de alternativas mais baratas na América Latina, somada à futura expiração de **patentes**, tende a pressionar o poder de precificação das grandes farmacêuticas. Para empresas como Eli Lilly e Novo Nordisk, fabricante do Ozempic, a resposta pode envolver uma nova equação entre preço e volume.

O que diz a Eli Lilly sobre o cenário?

A farmacêutica afirmou acompanhar com preocupação o contrabando, a venda e o uso de produtos à base de tirzepatida que não foram avaliados e aprovados pela **Anvisa**. Em nota, a empresa ressaltou que o único medicamento à base de tirzepatida aprovado pela autoridade sanitária brasileira é o

Mounjaro.

"O Mounjaro foi aprovado pela **Anvisa** após um robusto programa de desenvolvimento clínico, envolvendo mais de 20 estudos concluídos e, aproximadamente, 30 mil participantes, que demonstraram sua qualidade, eficácia e segurança", complementou.

A empresa citou, ainda, que os produtos à base de tirzepatida de origem paraguaia não somente não estão autorizados localmente no Brasil como também não é possível entender como foram fabricados, transportados e manuseados.

"A Lilly apoia as autoridades regulatórias e de segurança pública brasileiras no combate ao mercado ilegal", reforçou. A empresa acrescentou que trabalha continuamente para proteger pacientes de potenciais danos causados por produtos voltados ao tratamento da obesidade sem registro no Brasil.

Em conversa por telefone, Lula diz a Trump que alegações dos EUA para tarifaço são 'infundadas'



Presidentes conversaram por uma hora e 20 minutos nesta sexta-feira. Tom foi 'amistoso e cordial', diz Planalto.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por telefone, na manhã desta sexta-feira (21), com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Ao longo de 1 hora e 20 minutos de diálogo, descrito pelo Palácio do Planalto como de tom "amistoso e cordial", Lula afirmou que as alegações norte-americanas para a recente imposição de tarifas contra produtos brasileiros são "infundadas".

As novas barreiras comerciais haviam sido determinadas com base em investigações conduzidas pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR).

O governo norte-americano fundamentou as medidas em tópicos como desmatamento, acordos preferenciais, **propriedade intelectual**, combate à corrupção, funcionamento do PIX, mercado de etanol e supostas importações de produtos ligados a trabalho forçado - pontos integralmente rebatidos pelo presidente brasileiro durante o telefonema.

Lula pontuou que as tarifas afetam negativamente a economia de ambos os países e ressaltou que a manutenção das negociações é o melhor caminho bilateral.

Segundo o Planalto, Donald Trump concordou com a necessidade de preservar as relações comerciais e sugeriu que as equipes técnicas dos dois governos

voltem a se reunir o mais brevemente possível.

Crime organizado e segurança pública

Durante a ligação, segundo o governo, o presidente brasileiro reiterou o interesse do país em cooperar com Washington no enfrentamento ao crime organizado.

Lula destacou a visão do governo brasileiro sobre as facções criminosas. E argumentou que, embora grupos criminosos imponham terror cotidiano às populações mais vulneráveis, não se confundem com organizações terroristas.

Segundo Lula, o Brasil já possui instrumentos legais para combatê-los sem a necessidade de classificações especiais.

O Planalto disse que o petista informou sobre a estratégia de estrangulamento financeiro das facções, que já gerou a apreensão de cerca de R\$ 17 bilhões.

E também citou, na conversa, o plano de converter 138 unidades prisionais em presídios de segurança máxima.

Lula mencionou ainda a aprovação da Lei Antifacção (que agiliza a apreensão de bens e passaportes) e a proposta de emenda à Constituição (PEC), em análise no Congresso, para ampliar a atuação da União na segurança pública em conjunto com os estados.

O petista citou também a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, em Manaus, que integra autoridades policiais de todos os países da bacia amazônica.

Em resposta, Trump manifestou disposição em fortalecer a cooperação e indicou que encarregará funcionários de alto escalão para avançar nas tratativas do setor.

Após ligação entre Lula e Trump, negociadores de Brasil e EUA voltarão a se reunir para discutir tarifaço, diz ministro



Presidentes conversaram nesta sexta-feira sobre taxas aplicadas sobre o Brasil

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, afirmou que se reunirá na próxima semana com Jamieson Greer, representante comercial dos Estados Unidos, para discutir o tarifaço aplicado pelos americanos sobre produtos do Brasil. De acordo com o ministro, após o telefonema entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, na manhã desta sexta-feira, Greer entrou em contato para buscar uma agenda com o brasileiro.

Comércio exterior: Trump amplia cota para importação de carne moída sem tarifa; Brasil é beneficiado
Reciprocidade: Faz sentido o Brasil acionar o mecanismo? Especialistas respondem

- O embaixador Greer fez contato ao término da ligação, dizendo que após a conversa dos dois presidentes ele gostaria de marcar uma reunião - disse o ministro ao GLOBO.

Segundo Elias Rosa, ficou acertado que eles buscarão uma agenda na próxima semana, por videoconferência, para restabelecer as negociações.

- Vejo isso como um bom sinal porque precisávamos, de fato, retomar as negociações, era isso o que o Brasil sempre buscou, trazer ele de volta à mesa - diz o ministro.

Política em jogo: Lula vai usar 'embalagem' da soberania até as eleições, diz pesquisador

Lula e Trump se falaram na manhã desta sexta numa conversa de mais de uma hora de duração e com tom "cordial". Na ligação, falaram sobre as taxas aplicadas pelo país americano. Segundo nota divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Lula enfatizou que as alegações que basearam a medida (desmatamento, acordos preferenciais, **propriedade intelectual**, combate à corrupção, Pix, etanol e importações de produtos com trabalho forçado) "são infundadas".

O governo brasileiro tem defendido essa linha nas mesas de negociação desde o começo desse processo. A avaliação é que essas medidas têm teor político, e aliados do presidente da República têm denunciado a atuação de adversários políticos, como Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro, para provocar essa taxação.

Reciprocidade contra Trump: Sem canais de negociação, analistas veem decisão política

Na semana passada, o governo brasileiro informou ter notificado os Estados Unidos sobre o início do processo de reciprocidade em razão do tarifaço imposto aos produtos do país. O Brasil foi atingido por duas tarifas pela gestão de Donald Trump: uma de 25%, específica para o país, e outra de 12,5%, que atinge também outras nações.

As taxas se somam, embora haja exceções para determinados produtos da pauta exportadora. A avaliação do entorno petista, no entanto, é que esse processo não avance neste ano. Eles defendem cautela para não tomar decisões precipitadas.

A tarifa adicional de 25% imposta pelos EUA a parte dos produtos brasileiros exportados para aquele país começou a valer no dia 22 de julho. De acordo com Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a medida atinge 15% do volume exportado para os EUA em 2025, ou US\$ 5,8 bilhões, sendo que os setores mais impactados são madeira, móveis, máquinas e equipamentos, calçados, produtos cerâmicos e açúcar.

Esse novo tarifaço foi adotado após uma investigação do Escritório do Representante de Comércio

Continuação: Após ligação entre Lula e Trump, negociadores de Brasil e EUA voltarão a se reunir para discutir tarifaço, diz ministro

dos EUA (USTR, na sigla em inglês), órgão responsável pela política comercial do país, sobre supostas práticas "desleais" do Brasil que prejudicam as empresas americanas.

A administração de Donald Trump citou, por exemplo, o Pix, o desmatamento, corrupção, entre outros argumentos - todos rebatidos pelo governo brasileiro.

O Brasil foi atingido ainda por uma sobretaxa foi aplicada sob a alegação de, junto com outras 59 nações, falham em barrar a entrada de importações fabricadas com trabalho forçado - 54 foram tarifados em 12,5% e outros seis com 10%. Os argumentos também são rechaçados pela gestão Lula.

Mercado de beleza teve prejuízo de R\$21 bilhões com pirataria



Além do impacto econômico, produtos falsificados podem oferecer riscos à saúde por não passarem pelos mesmos controles de qualidade

Dividindo espaço com registros do seu dia a dia, o feed da influenciadora Franciny Ehlke ganhou uma série de conteúdos mostrando os bastidores da sua marca de maquiagem. Vestindo touca e jaleco, ela mostra o que há por trás da fabricação dos itens queridinhos do portfólio da Fran.

O empurrão para apostar na abordagem científica veio após um alerta das seguidoras. Nos últimos dois anos, ela viu comentários negativos e aumento nas reclamações do SAC da empresa. No entanto, havia um detalhe: as experiências eram baseadas em produtos falsificados, como as cópias de itens da marca, como o gloss Lip Honey.

Dessa forma, ela abriu o leque de assuntos nas redes sociais e expôs os riscos à saúde das makes sem registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). "Era importante mostrar as diferenças das maquiagens originais e falsificadas, mas também investigar o que havia dentro dessas fórmulas. Essa iniciativa evidencia que a diferença vai além da parte estética, pois envolve questões sanitárias e controle de qualidade", explica Franciny.

Com 24 milhões de visualizações, o vlog gravado na região da 25 de Março, em São Paulo, mostra a empresária e criadora de conteúdo circulando pelas lojas para encontrar réplicas dos produtos da marca. Após submeter o gloss pirata a um teste microbiológico, ela mostra no microscópio que a fórmula está contaminada. E justamente por não saber a sua procedência, não é possível atestar seu controle de qua-

lidade ou saber exatamente o que há na formulação.

Antes de colocar qualquer produto à venda, há um longo processo de aprovações, como Franciny explica: "Começamos pela escolha de fornecedores que tenham uma cadeia de produção de matéria-prima rigorosa e comprovada. Depois da composição da fórmula, são realizados testes dermatológicos para investigar possíveis reações, além de testes de estabilidade, que duram, em média, 90 dias".

Quando se eliminam as verificações de qualidade da equação, os riscos à saúde aumentam. Para saber se está comprando algo original, a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) indica a verificação do registro na Anvisa ou da ADIPEC (Associação dos Distribuidores e Importadores de Perfumes e Cosméticos). Além disso, é necessário exigir a nota fiscal e desconfiar de preços abaixo do padrão.

Há prejuízo para quem compra e para quem é copiado. "Não competimos em igualdade com os vendedores que comercializam réplicas, pois eles não estão sujeitos aos mesmos custos, impostos, controles e padrões de qualidade", pontua a influenciadora.

Até o momento, a marca não encontrou a origem das falsificações, apenas os pontos comerciais. Depois de denunciar os vendedores, sejam eles físicos ou digitais, um processo corre em instância jurídica: "O grande desafio é o tamanho do mercado informal e a morosidade do processo legal para combater esse tipo de operação".

De acordo com levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), divulgado neste ano, o setor de beleza e higiene pessoal teve prejuízo de R\$ 21 bilhões em 2025. Nos últimos cinco anos, houve um crescimento de 64% no mercado de pirataria no país, movimento impulsionado pelos canais digitais.

"A falta de regulamentação na internet possibilita a proliferação, ampliando o alcance e a velocidade de comercialização desses produtos", aponta Jacob Nir, presidente e fundador da importadora de perfumes e cosméticos Excellence. "Marketplaces, redes

sociais e outros ambientes digitais facilitam a oferta de itens falsificados".

Segundo levantamento da consultoria Nielsen IQ, a plataforma de compras TikTok Shop cresceu 84% no último ano, impulsionada pelas vendas de vitaminas, skincare e perfumaria. Por ali, há diferentes relatos de pessoas que compraram produtos falsificados de linhas de influenciadoras, como Boca Rosa, Bruna Tavares e Mari Maria. Mas não só: as cópias também abrangem marcas internacionais, dermocosméticos, protetores solares e produtos de cabelo.

Na pesquisa realizada pela SBD com o Datafolha, 54% dos entrevistados disseram buscar informações sobre cuidados com a pele, sendo as redes sociais e o YouTube os primeiros lugares onde procuram respostas. Apenas 14% contam que vão atrás de opinião médica.

Em caso de reação alérgica, a médica dermatologista Katleen Conceição indica a suspensão do produto, mas, caso o problema persista, o acompanhamento médico é fundamental: "Em um produto falsificado, não temos a garantia sobre a composição, concentração dos ingredientes, condições de fabricação e armazenamento. Cosméticos contaminados por bactérias e fungos podem representar risco à saúde. Também existe a preocupação relacionada a contaminantes químicos e metais".

Segundo a médica, qualquer pessoa pode desenvolver dermatite de contato, mesmo sem nunca ter tido alergias. "Os sintomas podem incluir ardência, coceira, vermelhidão e inchaço. Nas peles negras, mesmo depois da melhora da inflamação, a lesão

pode deixar hiperpigmentação pós-inflamatória, que pode permanecer por semanas ou meses", aponta Katleen.

Neste mês, a ABIHPEC e o **INPI** firmaram uma parceria inédita no combate às falsificações. Como o Brasil é o quarto país que mais produz cosméticos e produtos de beleza, a união busca proteger os empresários nacionais. Além do apoio institucional, Katleen aponta como os dermatologistas também estão mobilizados: "A comunidade médica tem papel importante de orientação e educação, alertando sobre os riscos de utilizar cosméticos de origem desconhecida".

Mercado ilegal em debate

A falsificação de cosméticos é apenas uma das faces de um mercado que atravessa diferentes setores e traz impactos econômicos, sociais e sanitários. Para ampliar o debate sobre o tema, o projeto Mercado Ilegal realizará no dia 27 de agosto, em Brasília, um seminário que vai debater: Por que a economia ilegal afeta você?

Entre os painéis, será abordado os desafios do combate à pirataria e o arcabouço jurídico e desafios da legislação. Confira a programação completa e saiba como participar aqui.

O projeto Mercado Ilegal é uma realização dos jornais O GLOBO, Valor Econômico e Extra e da rádio CBN, com patrocínio da Philip Morris Brasil, do Instituto Combustível Legal e do Mercado Livre, e apoio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Índice remissivo de assuntos

ABPI	1,2
Entidades	3,4,5
Marco regulatório INPI	3,4,5,9,10
Patentes	3,4,5
Propriedade Industrial	3,4,5
Propriedade Intelectual	3,4,5,6,7,8